

# TERRA FIRME

ANO I - Nº 1

CRISE

Pecujlic  
Frank  
Santos

PODER

Marini  
Bambirra  
Sader

CULTURA

Hirszman  
Coutinho  
Tendler

PSICANÁLISE

Katz  
Birman

*Freudiana*

# Índice

---

Apresentação. ....	2
Caminhos e descaminhos da Nova República. .... Ruy Mauro Marini	3
O Estado no Brasil: De João Goulart a João Figueiredo. .... Vânia Bambirra	9
Notas para a história de uma geração. .... Emir Sader	23
Galeria de Arte Banerj leva arte carioca ao interior e a outros estados. ....	27
Psicanálise da violência. .... De como se "produz" a psicologia ao brasileiro	31
O cinema brasileiro: de onde vem, para onde vai. ....	45
O Futuro — destino ou criação humana. .... Miroslav Pecujlic	57
A crise econômica mundial e as perspectivas políticas em meados da década de 1980. .... André Günder Frank	67
A crise internacional do capitalismo: balanço e perspectivas. .... Theotônio dos Santos	77
Colaboradores. ....	83

---

## TERRA FIRME

Direção: Neiva Moreira (responsável)  
Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra

Editora: Maluza Stein

Arte: Sérgio H. dos Reis

Ilustrações: Wilma Martins

Revisão: Cléa Márcia Andrade Soares

Comitê Editorial: Darcy Ribeiro, Eleieth Saffioti,  
Frederico Moraes, Hélio Pelegrino, Moacir Werneck  
de Castro, Oscar Niemeyer, Silvio Tendler,  
Theotônio dos Santos

Uma publicação da Editora Terceiro Mundo Ltda.,  
Rua da Glória, 122 — Salas 104/105 — CEP 20241 —  
Rio de Janeiro-RJ.  
Ano I nº 1 — outubro-dezembro 1985

# Apresentação

---

Esta é uma revista independente e pretende continuar assim. Seu objetivo é o de propiciar uma reflexão ampla sobre a nossa realidade, com o que ela situa na terra firme do presente, do imediato e até mesmo do contingente. Mas é, também, o de ir mais além do que é apenas aparência, para indagar as determinações mais profundas, estruturais e históricas, dos acontecimentos e processos que estamos vivendo.

Refletir sobre a nossa realidade — isto quer dizer pensar o Brasil. Nunca, como hoje, isso foi tão necessário. Passamos vinte anos submetidos a uma intensa pressão ideológica, que procurou vincular-nos um projeto supostamente nacional e que se valeu para isso de todos os meios que o poder dá. Falsificação histórica, manipulação de fatos e de números, censura, exílio, corrupção, tortura — de nada fomos poupados.

Esse projeto — produto de um punhado de grupos políticos, econômicos e militares — acabou desacreditado pela própria vida, mais precisamente pelos seus resultados. Pretendendo converter o país em potência internacional, submeteu-o a tal ponto aos ditados do Exterior que, hoje, fazendo tábua rasa de nossa soberania, organismos internacionais interferem abertamente na formulação da nossa política interna; anunciando prosperidade e fartura, aviltou os salários, desatendeu a produção dos bens indispensáveis à nossa dieta básica, desviou a indústria para a fabricação de artigos de luxo, consumidos por uns quantos privilegiados, ou destinados à exportação. No curso de sua implementação, as liberdades públicas foram negadas, aumentaram os camponeses privados de terra, o crescimento das cidades implicou mais subemprego e desemprego, a renda nacional concentrou-se ainda mais, os analfabetos tornaram-se mais numerosos, a mortalidade infantil cobrou mais vítimas.

Não era esse o Brasil que o povo queria, quando, nos idos dos 60, mobilizou-se de norte a sul em favor de reformas de base, capazes de fazer mais racionais e mais justas as nossas estruturas econômicas e sociais. Mas é a partir dele que teremos, agora, de construir o nosso futuro.

É pois, imperativo encarar seriamente — sem mistificação, diria o poeta — o presente brasileiro, fazer-lhe as perguntas certas, procurar as respostas mais adequadas. Terra Firme propõe-se a trabalhar nessa direção, entendendo que, para alcançar seus fins, nada pode ser-lhe indiferente ou alheio. Em suas páginas, terão lugar a filosofia e a economia, os grandes temas da política e os fatos miúdos da vida cotidiana, as questões reivindicativas e sindicais e os problemas mais gerais da ciência e da cultura. Do mesmo modo como o exame do que ocorre no resto do mundo, já que é lá que se encontram muitas vezes as explicações que buscamos.

Isto é, caro leitor, o que pretendemos e para o que pedimos a sua atenção. Assim como a sua participação. Ouçamos de novo o poeta: não nos afastemos, vamos de mãos dadas.

A DIREÇÃO

# O Estado no Brasil: De João Goulart a João Figueiredo

Vania Bambirra

---

## Formação histórica do Estado brasileiro

---

O Estado brasileiro, desde a Independência até os nossos dias, passou por etapas de evolução plenamente diferenciáveis.

Até a revolução “democrático-burguesa”, de 1930, o Estado brasileiro conservou um nítido caráter oligárquico, consequência da dominação ostensiva exercida sobre o conjunto da sociedade pelas oligarquias vinculadas ao setor primário-exportador. A burguesia industrial emergente, que se expandiu juntamente com o primeiro ciclo da industrialização, ocorrido em fins do século XIX, apesar da sua crescente importância na vida econômica do país, não lograva participar ainda do poder estatal. A situação específica de marginalização do Poder desse estrato burguês, que constitui um dos traços típicos observados desde os primórdios do desenvolvimento de **capitalismo dependente** — não só no Brasil, mas em toda a América Latina — deveu-se ao fato de que, como produto da expansão do capitalismo europeu, desenvolvesse originariamente relações de produção capitalistas no setor primário-exportador, garantindo dessa maneira, às oligarquias, o monopólio da dominação política e aliando desse Poder setores econômicos “secundários”.

É somente através da revolução de 1930 que a jovem burguesia industrial ascende ao poder do Estado e conquista sua **hegemonia-comprometida** com os interesses oligárquicos<sup>(1)</sup>. A partir de então, o caráter do Estado brasileiro sofre uma transformação substantiva na medida em que se altera, em sua essência, um dos elementos constitutivos fundamentais, ou seja, sua composição de classe, cuja definição rigorosa passa a ser, então, a de Estado burguês-oligárquico.

A nova classe dominante implementa — a partir dessa nova situação histórica — toda uma linha de atuação voltada, fundamentalmente, no plano econômico, para a modernização, o industrialismo e o protecionismo<sup>(2)</sup>, e — no plano político e social — para um atendimento progressivo das

---

*(Artigo elaborado para o seminário “O Estado na América Latina”, organizado por Pablo González Casanova para o Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM, México, e para a Universidade das Nações Unidas, Tóquio, em 1984).*

Tradução: Ana Pessoa

---

reivindicações básicas das classes médias e do proletariado urbano. Os objetivos de promover a ascensão social dessas classes se expressaram, sobretudo, na legislação do trabalho promulgada no primeiro Governo de Getúlio Vargas, que pode ser considerada como uma das mais avançadas do mundo capitalista da época. Com a adoção de medidas tais como a regulamentação do trabalho da mulher e do menor, o amparo à maternidade (promulgado em 1934, no Brasil, esse direito trabalhista só começou a ser discutido 10 anos depois, nos EUA), a estabilidade no emprego, o sistema da previdência social e outros, o Brasil se colocou na vanguarda dos direitos trabalhistas do mundo ocidental. O direito da mulher ao voto, por exemplo, que foi concedido, em 1933, pelo Governo de Vargas, só viria a ser conquistado, em 1971, na Suíça. Paralelamente, foi elaborada uma legislação que vinculava e subordinava a estrutura sindical ao aparelho do Estado, com nítida inspiração no corporativismo de corte fascista. Porém, nada mais equivocado que confundir — como usualmente o fazem os mais áspersos críticos do varguismo — essa estrutura sindical com a progressista legislação trabalhista, pois aquela constitui apenas um aspecto parcial da mesma. Foi a legislação trabalhista enquanto tal que, pelo seu conteúdo modernizante, elevou Getúlio Vargas ao mais alto patamar da liderança política historicamente conhecida no país.

Durante todo o período, que se estende de 1930 a 1964, sucedem-se, no Brasil — como, aliás, em quase toda a América Latina — governos tipicamente populistas<sup>(3)</sup>. Por razões que não vêm ao caso analisar aqui, o único Governo brasileiro que foge a essa caracterização foi o do General Eurico Gaspar Dutra, que diluiu as cores fortes do populismo até levá-las a um cinza meio indefinido.

Contudo, apesar da validade dessa generalização, resulta imprescindível especificar um aspecto crucial: somente nos Governos de Vargas (particularmente no seu segundo período presidencial) e no de João Goulart, encontramos a implementação de uma linha nacionalista associada à forma de gestão política populista. Tal especificidade só demonstrou, na progressista política econômica e social do primeiro longo período governamental de Vargas, que durou 15 anos, e deveu-se ao fato de corresponder plenamente aos interesses de classe da burguesia industrial nacional que, naquele então, tinha um projeto de desenvolvimento próprio a propor ao conjunto da Nação (exceto ao campesinato). Os compromissos mantidos com a oligarquia não permitiam àquela classe pretender sequer a possibilidade de raspar a crosta da estrutura monopólica da propriedade da terra. Mas a partir do pós-guerra, tal projeto começou a se frustrar devido ao novo caráter que tendencialmente assumiam as relações de dependência do Brasil com o sistema capitalista mundial, particularmente os EUA, que provocariam profundas transformações no caráter do Estado brasileiro.

Sem pretender repetir análises já elaboradas por outros sociólogos, historiadores e economistas, e por nós mesmos, em oportunidades anteriores, diríamos que — em síntese — a partir de 1945, a penetração intensiva do capital estrangeiro, mediante investimentos diretos particularmente no setor manufatureiro, conduz à desnacionalização progressiva da propriedade privada dos meios de produção. O capital estrangeiro começa a controlar os novos e mais dinâmicos setores da economia brasileira. Às frações mais lúcidas da burguesia industrial parecia não restar outra alternativa senão a de associar-se, na condição de sócios-menores — àqueles capitais. Essa associação delimita, a partir de então, os parâmetros das margens de atuação autônoma dessa fração burguesa nacional que, por uma questão de sobrevivência, aceita um medíocre e inexorável destino de classe dominante-dominada.

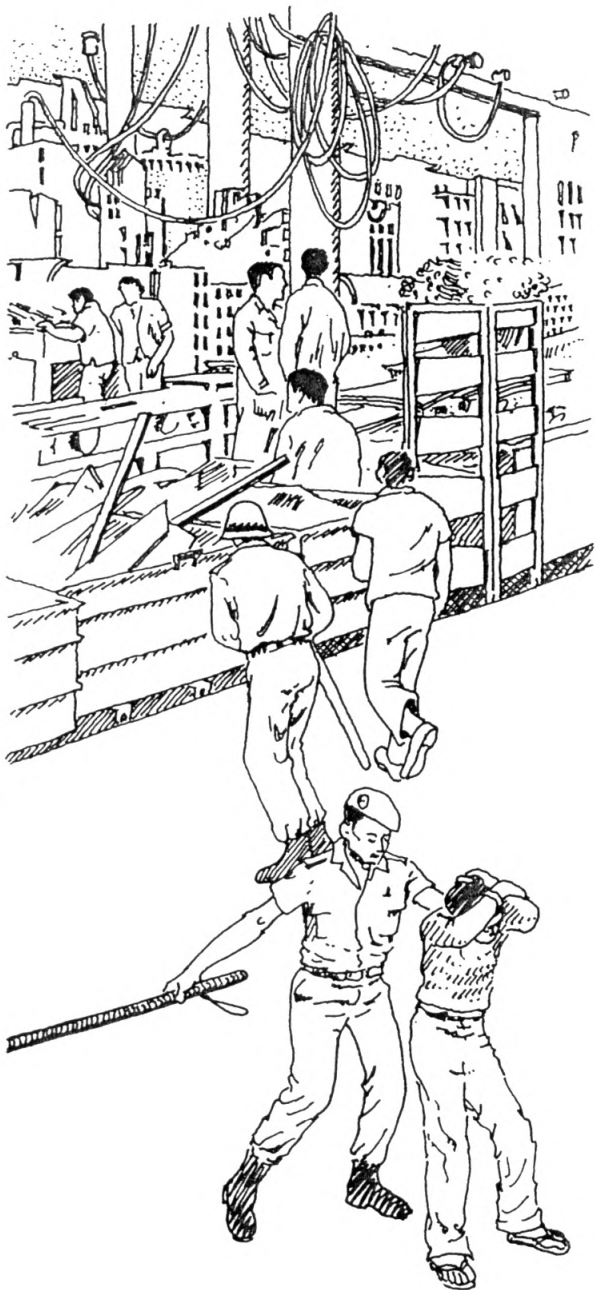
E é assim que, na composição do Estado brasileiro — apesar da manutenção dos mesmos componentes do sistema de dominação gerados a partir de 1930 — ocorre a metamorfose de seus antigos elementos, que se transmutam em agentes de novos interesses de dominação ligados aos monopólios internacionais. O Estado continua sendo burguês-oligárquico, só que permeado pela nova relação que o transforma em Estado-associado ao capital estrangeiro.

O Governo Dutra — que aceita docilmente a política da “defesa hemisférica contra a ameaça comunista”, ditada pelos EUA durante a primeira guerra-fria — é representativo do começo do processo de associação mencionado e denuncia bem o que viria a ser a estreita vinculação do aparelho de Estado aos interesses forâneos e o alinhamento automático, ou seja, às conveniências de Washington.

Ao voltar à Presidência, em 1950, Vargas tratou de reagir contra essa abertura do Estado à política da grande empresa monopólica internacional e, apoiando-se na classe operária como base de sustentação política, promoveu substancialmente o nacionalismo com a criação da Petrobrás e a proposta de implantação da Eletrobrás. Contra ele se armou, então, toda uma conspiração que culminou com o seu suicídio. A Carta-Testamento, deixada por Vargas, é — de fato — um ato político de denúncia contra a exploração do capital estrangeiro em nosso país, e uma frustração para os golpistas, cuja articulação visava não só à derrubada de um Governo incômodo como a consolidação definitiva do novo esquema de dominação, frustração que se repetiria em 1955 (para impedir a posse de Juscelino Kubitschek) e em 1961 (para impedir a posse de João Goulart). Seus desígnios seriam exitosos em 1964.

Juscelino Kubitschek — apesar de manter certo envoltório populista — adotou, de fato, medidas plenamente favoráveis à intensificação da penetração estrangeira em nossa economia, desviando-se, portanto, da orientação nacionalista do segundo Governo de Vargas.

Muito significativa resultou, nos chamados Anos JK, a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), dirigido por Hélio Jaguaribe, com o objetivo de estimular a elaboração de um pensamento nacional comprometido com os postulados desenvolvimentistas que, no Continente, adquiriam vigência desde a fundação da Cepal (1949). Esse pensamento — em palavras de Jaguaribe — deveria ser nacionalista mas “não sectário”, ou seja, deveria abrir-se realisticamente (!) à penetração do capital estrangeiro. No entanto, após um curto período, o Iseb passou a ser conduzido por uma intelectualidade nacionalista de esquerda que impeliu aos trabalhos do Instituto um conteúdo antiimperialista, apesar da manutenção de certos postulados desenvolvimentistas. O Iseb sob essa nova orientação, exerceu profunda influência no pensamento científico e crítico do país, mas deixou aberta uma grande lacuna ao não lograr



perceber a falência do projeto de um desenvolvimento nacional autônomo que não percebia a associação em marcha da burguesia nacional com o capital internacional.

No breve período governamental de Jânio Quadros (março a agosto de 1962) não se perfila nenhuma política nacional coerente na medida mesmo em que seu apoio ostensivo provinha dos setores mais comprometidos com a associação mencionada.

---

### O Governo João Goulart: as Reformas de Base e as aspirações democráticas

---

O filho político de Getúlio Vargas, levado ao Poder pela resistência aos golpistas, liderada por Leonel Brizola, procurou retomar os fios da política nacionalista daquele, apoiando-se no proletariado urbano, na oficialidade média das Forças Armadas e — fenômeno inédito no país — no campesinato que, em começos da década dos 60, emergiria como elemento substantivo no plano nacional pelas suas lutas e reivindicações em torno da posse da terra.

A trajetória do Governo Goulart se caracterizou por uma conjuntura de ascensão do movimento popular que, no Brasil como na América Latina, tinha como ponto de referência as façanhas espetaculares da Revolução Cubana. Um sopro de esperança percorria o Continente. Cuba — através das reformas Agrária, Urbana, Bancária, Educacional, das nacionalizações das grandes empresas e do sistema financeiro — lograva romper o velho sistema de dominação, enfrentando e derrotando o imperialismo, na mesma medida em que avançava no caminho ao socialismo. Para os demais povos da América Latina, um exemplo prático tornava possível — de repente — que velhos sonhos de mudanças sociais profundas fossem vistos como viáveis e possíveis.

No Brasil, essas mudanças ficaram conhecidas pelo nome de **Reformas de Base**. Importantes setores das classes sociais despossuídas e das classes médias se alistaram nas filas da luta por aquelas reivindicações. Operários, camponeses, estudantes, sargentos, marinheiros, intelectuais, profissionais liberais, parlamentares nacionalistas, todos levantaram as bandeiras das reformas.

Depois de meses de imobilismo (derivado do sistema parlamentarista imposto pelos seus opositores), o Governo Goulart obteve uma verdadeira consagração popular ao ser votado o Plebiscito (janeiro de 1963) que lhe devolvia os poderes constitucionais inerentes ao presidencialismo. Só a partir de então, começou-se a executar o Plano Trienal de Desenvolvimento que, elaborado pelo economista Celso Furtado, preconizava uma política econômica inspirada nos postulados estruturalistas da Cepal e, de forma eclética, pre-

tendia também promover ao mesmo tempo a chamada "estabilização monetária". Naquele então, a economia brasileira atravessava um período de crise cíclica, agravada pela herança deixada por Juscelino Kubitschek que, com sua política de "cinco anos em um" ou "desenvolvimento a toda custo", baseara-se na captação de empréstimos estrangeiros e na ampliação do déficit orçamentário para financiar os gastos do Governo.

Para Jango e sua equipe, o dilema era claro: adotar medidas recessivas para conter a inflação e estabilizar a moeda, criando as condições de acordo com os moldes da acumulação previamente estabelecidos, para um novo ciclo de expansão econômica, ou implementar as Reformas de Base que, promovendo uma ampla redistribuição de rendas (de formas direta e indireta, imediata e mediata), favoreceria prioritariamente a economia popular e lançaria bases seguras para uma retomada firme do desenvolvimento nacional. A primeira alternativa privilegiaria os interesses das classes dominantes e do capital estrangeiro, que aspiravam segurança e estabilidade econômica e social; a segunda beneficiaria os setores populares. De qualquer forma, a opção — fosse qual fosse — pressupunha a existência de um Governo forte, capaz de reprimir os descontentamentos e as perturbações, viessem de onde viessem.

Com bases de apoio herdadas do varguismo, era natural que Goulart só visse como opção o caminho das reformas. E foi com as vistas postas nessa alternativa que ele contemplou, em mais de uma oportunidade, a conveniência de "endurecer" seu Governo, cujo fato mais ilustrativo se encontra no pedido que fez ao Congresso de implantação do estado de sítio (fins de 1963).

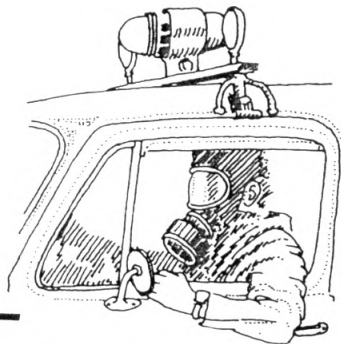
Mas para conduzir, com êxito, uma política reformista, em enfrentamento aberto com a grande burguesia local e internacional, Goulart necessitaria muito mais que simples instrumentos coercitivos próprios das funções do aparelho estatal. Precisava de um instrumento orgânico de mobilização, ou seja, um partido (ou movimento tipo partidário) articulado nacionalmente e capaz não só de nuclear o eixo da política de Reformas de Base, mas de sustentá-lo de maneira contínua e durável, preservando-o contra os interesses da direita (que estava muito bem organizada). Tal instrumento não existia. O PTB, articulado nacionalmente, só existia para fins eleitorais. A busca desesperada de um instrumento desse tipo foi que inspirou Leonel Brizola na organização

dos chamados "Grupos dos Onze", que começaram a brotar espontaneamente por todas as partes como iniciativas ousadas, porém desarticuladas e ineficazes<sup>(4)</sup>.

Por outro lado, naquela etapa histórica, fazia-se imperativa também uma rearticulação institucional do aparelho de Estado, com vistas a democratizá-lo e capacitá-lo para a implementação das Reformas de Base. Era imprescindível superar a desorganização, ambigüidades e polarizações que, devido à ascensão do movimento popular, passaram a caracterizar o funcionamento das instituições brasileiras. Assim, por exemplo, via-se como necessário deslindar responsabilidades com respeito às funções do Poder Executivo, superando impasses na relação com o Poder Legislativo; era preciso redefinir o alcance das próprias hierarquias militares, questionadas por movimentos no interior das Forças Armadas, dos quais o levante dos sargentos e marinheiros foi apenas o mais visível; imprescindível era também atender às reivindicações de auto-organização de setores assalariados emergentes, como os trabalhadores rurais e camponeses; superar os entraves provenientes da velha estrutura sindical e atender às novas demandas do movimento operário em ascensão; via-se como urgente viabilizar, finalmente, uma série de aspirações das classes médias, em geral, e do movimento estudantil, em particular, no plano de uma política educacional e cultural mais dinâmica, democrática e participativa.

As reformas institucionais necessárias ao Estado brasileiro, nos níveis representativo, militar, sindical e cultural, constituíam, portanto, o pré-requisito básico para a implementação de reformas estruturais posteriores que tornariam possível o trânsito do país para uma etapa superior em seu desenvolvimento, fortalecendo-o na luta por sua afirmação como Nação soberana, independente e justa.

Mas o Governo Goulart falhou justamente nesse ponto crucial. Não foi capaz de tentar realizar essa redefinição institucional do Estado e não soube, portanto, organizar a ampla base social de apoio que dispunha, potencialmente, para executar uma política de reformas profundas. Nessa brecha se aplainava o caminho para o triunfo da conspiração civil-militar que, já no Poder, promoveria profundas transformações no Estado brasileiro — não para democratizá-lo, mas para fortalecê-lo como instrumento supereficaz de coerção e repressão às necessidades e aspirações das classes populares.



O golpe de Estado de 1964 teve, pois, como objetivo central a liquidação terminante de uma linha política nacionalista-reformista, e a consolidação de um novo modelo de dominação para assegurar os mesmos interesses associados ao capital estrangeiro. Pretendia-se criar condições ótimas para a nova etapa de desenvolvimento do capitalismo dependente.

Como bem colocou Leonel Brizola, o Governo Goulart — apesar de suas debilidades e ambigüidades — não foi derrotado pelos seus defeitos, mas pelas suas virtudes: por haver permitido a criação da CGT; por ter proposto a lei de controle das remessas de lucros para o Exterior; por haver elaborado uma lei de Reforma Agrária; por manter relações com Cuba socialista; enfim, por não se caracterizar como um regime repressivo das massas populares, da cultura, da imprensa e nem daqueles que, abertamente, conspiravam buscando sua derrocada.

---

### O Golpe de Estado e o Projeto do Capital Monopólico Nacional e Internacional

---

O golpe militar de 1964 não foi fruto de uma improvisação. Ao contrário, representou a culminação de um projeto alternativo sofisticado e elaborado previamente, em seus mínimos detalhes, pela grande burguesia nacional associada ao capital estrangeiro, particularmente ao Governo dos Estados Unidos, que participou, de forma ativa e direta, no desenho do projeto do golpe desde a sua gestação até sua culminação, como bem o demonstra a pesquisa de René A. Dreyfuss<sup>(5)</sup>.

Para instrumentalizar, com êxito, o assalto definitivo à fortaleza do Estado, pôde-se dispor de imensos recursos financeiros, obtidos no país e no Exterior. Por tratar-se de um golpe de classe — um ato político-militar — em que a grande burguesia, em plena afirmação de sua consciência de classe, para impor seus mais puros interesses de dominação ao conjunto da sociedade, pôde captar um apoio quase unânime de todos os setores das classes dominantes. A vanguarda

da golpista — agrupada em torno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) — conseguiu, de fato, reunir à sua volta todos os matizes ideológicos dos setores burgueses, desde os liberais passando pelos conservadores até os segmentos fascitizantes. A matriz ideológica principal — “segurança e desenvolvimento” — se sobrepôs às veleidades democratizantes, sendo que o conceito de segurança já não respondia exatamente à visão ultrapassada da segurança hemisférica contra uma eventual ameaça de invasão por parte do campo socialista, mas a um imperativo de preservação do sistema capitalista dependente em relação a seus **inimigos internos**, ou seja, trabalhadores, operários, camponeses, classes médias empobrecidas, intelectualidade progressista, pequena e média burguesias arruinadas pela crise, etc. A segurança passou a ser concebida em oposição ao povo e em função dos interesses dos grupos dominantes de poder.

Sem pretender tecer maiores comentários sobre os elementos que convergiram para a façanha golpista (o clima de caos e necessidade de “salvação nacional” diante da “ameaça comunista” criado pelos meios de comunicação de massas, as “marchas da família, com Deus e pela propriedade”, nas quais se instrumentalizou a insegurança das classes médias e os movimentos femininos de direita criados em provetas e as frações ultraconservadoras da Igreja, etc.), é importante destacar elementos cruciais para a compreensão da característica essencial do levante de 64, que lhe imprimiram uma especificidade que, por outro lado, se transformou em paradigma de processos similares ocorridos, a posteriori, na América Latina. Trata-se do papel das Forças Armadas e do insofismável caráter de classe burguês que assumiu o Estado nos sucessivos Governos cívico-militares.

Pela primeira vez, no Continente, as Forças Armadas assumiram, enquanto tais, a gestão do Estado. No entanto, a elite militar, que passa a deter o comando do Poder Executivo, proveniente da Escola Superior de Guerra (ESG), o chamado Grupo da Sorbonne, desde o fim da II Guerra Mundial consolidara fortes vínculos ideológicos com os EUA que se erigira como modelo de democracia ocidental, representava, não propriamente os interesses corporativos das instituições militares, mas sim — através de um complexo processo de simbiose militar-empresarial — encarnava os interesses político-econômicos do grande capital nacional associado às transnacionais<sup>(6)</sup>. Mas, como destacamos em análise anterior<sup>(7)</sup>, os grandes empresários vinculados ao



---

Ipes não delegaram a seus representantes uniformizados a implementação de seus projetos, senão que assumiram pessoalmente a responsabilidade direta pela execução dos mesmos. É assim que podemos encontrar — durante 21 anos — em todos os postos ministeriais-chaves, a presença física de um representante da classe dominante associada ao capital estrangeiro. Obviamente os militares se destacaram também em altos cargos executivos, mas o fizeram como expressão da simbiose mencionada ou, o que é a mesma coisa, como empresários uniformizados, diretores de grandes empresas e conglomerados transnacionais.

Ao contrário da interpretação feita pela maioria dos teóricos e analistas brasileiros — sociólogos, economistas, historiadores e jornalistas — o Poder<sup>(8)</sup> não passou a ser exercido por agentes-objetos da grande burguesia civil e militar — tecnocratas e burocratas, ou tecnoburocracia, como se convencionou chamá-los — a não ser em seus escalões intermediários e secundários.

Durante os Governos dos Generais Arthur da Costa e Silva e Garrastazu Médici, o grupo da Sorbonne e demais membros civis do Ipes perderam a hegemonia do processo para retomá-la durante o Governo do General Ernesto Geisel; mas novamente se vêem alijados dela a partir da metade do mandato de João Figueiredo. Não obstante essas marchas e contra-marchas da "elite orgânica", para usar a terminologia gramsciana empregada por René Dreyfuss, e apesar de que se tenha dado, de fato, uma alternância de empresários nos principais cargos da administração pública e de comando do sistema, e ainda que a chamada linha dura pseudonacionalista tenha assumido o controle do aparelho central do Estado em períodos alternados, a verdade é que o fio condutor de toda a política econômica executada no Brasil depois de 1964 foi sempre coerente com os interesses do grande capital monopólico associado às transnacionais.\*

---

(\*) Terra Firme está promovendo uma pesquisa sobre a vinculação dos ministros dos governos militares com o grande capital internacional. (N. E.)

---

## A Institucionalização Liberal-Conservadora do Estado: Marchas e Contra-Marchas

---

A instalação de uma nova institucionalidade — de conteúdo conservador e autoritário, mas de forma liberal — no aparelho de Estado não se deu de modo linear e contínuo. Preconizado pelo primeiro Governo militar, do General Castello Branco, o projeto foi adiado pelo embate das circunstâncias durante as décadas dos 60 e 70, para só começar a ser promovido, a meias, na gestão Figueiredo. Ilustrativo desse adiamento encontra-se na suspensão prática da Constituição de 1967 — que refletia as aspirações liberais-conservadoras do Ipes — pelo Ato Institucional nº 5. A protelação respondia ao fato de que, apesar da disposição de todos os Generais-Presidentes de concluir seus mandatos em um processo de democratização, o temor de perder o controle do Estado, devido às resistências ostensivas de parcelas majoritárias da sociedade civil, fez com que adiassem seus objetivos iniciais e provocassem sucessivas marchas e contra-marchas na implementação de uma nova institucionalidade.

A cada uma das manifestações de desaprovação, descontentamento e ainda de desafio ao regime instituído em 1964, este — numa reação natural de autodefesa — recuava em seus propósitos liberalizantes e retomava linhas de atuação mais autoritárias. Assim ocorreu, por exemplo, em fins da década de 60, diante da ameaça provocada pela ascensão do movimento estudantil que, somado à greves operárias e à ação oposicionista de certos setores da Igreja Católica, desembocou nas tentativas de guerrilha urbana e rural; logo, nos anos 70, as vitórias eleitorais do MDB — única oposição consentida — e um novo ressurgimento do movimento operário em fins da mesma década; e, por último, o aparecimento de novos partidos de oposição e a vitória inesperada de Leonel Brizola, em começos da década de 80.

Assim, às manifestações estudantis e às ações da guerrilha, o Estado respondeu com uma desproporcionada repressão que, ao institucionalizar a tortura e o assassinato dos opositores, fez recrudescer o caráter autoritário do regi-



me. Quando se concedeu a Anistia (agosto de 1979), no meio do processo de "abertura", muitos dos participantes das ações guerrilheiras relataram suas experiências em obras que deixavam patente a desigualdade de forças: de um lado, jovens combatentes com uma preparação militar mínima, providos, no fundamental, apenas de imaginação, audácia e idealismo; e, do outro lado, um aparelho altamente profissional que, tendo à sua disposição a mais sofisticada tecnologia e preparação técnica, era respaldado não só pelo Estado como por uma assessoria norte-americana superespecializada.

Aos resultados eleitorais de 1974, 1976 e 1978 — que confirmaram sucessivas vitórias da Oposição — respondeu-se com novas legislações casuísticas<sup>(9)</sup>, que tratavam de impedir o acesso ao controle parlamentar das forças majoritárias oposicionistas.

As greves operárias realizadas por setores de ponta do moderno proletariado industrial de São Paulo, logo de uma primeira etapa de vitórias do "novo sindicalismo", geraram uma reação articulada e profunda do sistema, que tratou de desarticulá-lo e imobilizá-lo mediante repressão direta, intervenção nos sindicatos, dispensa dos grevistas e afastamento de seus dirigentes.

Finalmente, o Governo insistiu na manutenção da eleição indireta para a presidência da República, que fora instituída pelo Ato Institucional nº 2 contra a vontade da maioria absoluta do povo que, nas ruas, manifestou — de forma até então inédita no país — sua vontade e decisão de participar na escolha do cargo político mais importante da Nação. Manifestações multitudinárias sucederam-se, uma após outra, em todas as capitais brasileiras. O comício da Candelária, no Rio de Janeiro, que reuniu 1 milhão de pessoas, e o da Praça da Sé, em São Paulo, com 2 milhões, foram marcos inesquecíveis para a memória democrática brasileira. A palavra de ordem "**diretas-já**" tendeu a se transformar — conforme palavras do então presidente do PDS, José Sarney — em caudaloso movimento que representava "um estuário" de insatisfações de distinta natureza".

A insistência do regime na manutenção da fórmula indireta obedeceu, claro está, à sua insegurança em relação aos resultados negativos que certamente obtería numa votação popular. Por isso, tratou-se de coagir a sociedade civil

numa ação abrangente que se estendeu ao próprio partido oficial. Pressionado pela direita mais recalcitrante, o próprio Presidente Figueiredo teve de recuar em mais de uma ocasião: aproveitando viagem ao Exterior (África e Europa), ele se manifestara favoravelmente à votação direta para a escolha de seu sucessor, posição da qual teve que renegar em seguida pois já havia sido obrigado — inclusive — a pronunciar-se anteriormente por meio de uma cadeia de rádio e televisão, contra a eleição direta, argumentando que esta seria inoportuna e intolerável.

Como seus antecessores, o Presidente Figueiredo assumiu o Poder prometendo restaurar a democracia. A diferença entre ele e os que o antecederam residiu no fato de que o processo de abertura liberalizante logrou — durante seu mandato — avanços substantivos, expressados na concessão da Anistia (projeto impulsionado mais por movimentos da sociedade civil que pelos parlamentares da Oposição...), na realização de eleições diretas para governadores, deputados e prefeitos (exceto nas capitais e municípios considerados áreas de segurança nacional), na implementação de uma série de reformas modernizadoras como as do Código Civil (que incorporou, por exemplo, concessão de direitos civis mais amplos às mulheres) e da Lei de Segurança Nacional (apesar de que se tenham mantidas as salvaguardas constitucionais que facultam ao Presidente a decretação do estado de sítio sem prévia consulta ao Parlamento). Tais avanços expressavam — sem dúvida — a vontade (e necessidade) do regime de promover o projeto de institucionalização do Estado liberal-conservador, preconizado desde a época do primeiro Governo militar. Nessa vontade do Governo de impulsionar a "abertura" não se pode esquecer do papel central favorável a esta abertura jogado pela grave crise econômica. Esta, se por um lado, acentuava o desespero das populações de baixa renda levando-as a protestos espontâneos<sup>(10)</sup> e, em geral, anárquicos, pelo outro, retirava, momentaneamente, como conseqüência da crise, dos segmentos sociais historicamente mais combativos e organizados na sua capacidade de mobilização para a luta. Os períodos de crise são, portanto, mais que adequados — do ponto de vista das classes dominantes — para remanejamentos institucionais que, reformando aspectos não-essenciais da dominação criam condições objetivas para uma sobrevivência do sistema e para a realização das reformas liberal-conservadoras.

No caso brasileiro, se o Estado incorporou uma série de conotações institucionais de perfil neofascista, não foi

---

porque representasse propriamente o modelo ideal de dominação proposto pela aliança burguesa-imperialista, mas sim porque expressava um processo de radicalização desesperada à qual foi conduzido pela ameaça do acirramento das tensões sociais. Os mentores e executores mais lúcidos do golpe de 1964 não aspiravam a esse modelo, embora tenha sido esse o resultado concreto do processo. Em uma análise anterior, feita a meados dos anos 70, dizíamos que "a grande burguesia, seus quadros políticos e militares mais lúcidos, recorrem ao fascismo de má-vontade e com o nariz tapado"(11).

---

## A Fascistização do Estado

---

O processo de fascistização do Estado brasileiro, se não representou o projeto das classes dominantes, foi, não obstante, instrumentalizado por elas, especialmente durante o Governo Médici, no qual os setores direitistas, a chamada "linha dura" controlou a direção do Poder mediante golpes de mão sucessivos, fortalecendo, ao máximo, as funções e poderes do Chefe do Executivo, na tentativa de criar um **führer crioulo**.

Na nossa descrição do período:

"(...) tratou-se de implementar uma forte mística da unidade nacional, da 'pátria-grande' "Brasil grande-potência", do "milagre" que se apoiava basicamente na recuperação econômica que parecia inaugurar uma era de progresso para o país". Paralelamente, desencadeou-se uma intensa campanha de 'educação cívica' tratando de resgatar 'valores' nacionais e inculcar, sobretudo entre a juventude, ideais de um patriotismo chauvinista que, à falta de melhor bandeira, aglutinou-se grotescamente em torno dos êxitos da seleção de futebol. Concomitantemente, tratou-se de liquidar a mais autêntica cultura popular mediante censura ao teatro, à música, ao cinema. Tentava-se transformar cada cidadão em um policial, um delator ou um covarde, temeroso de suas próprias idéias.

"A ofensiva fascistizante teve seu ponto culminante entre 1969 e 1973. No plano internacional, a tentativa de

transformar o país em grande potência levou à intervenção semi-encoberta na Bolívia (no golpe que derrubou o Governo popular do General Juan José Torres, em 1971), no Uruguai (planos de intervenção aberta caso a Frente Ampla ganhasse as eleições de novembro de 1971) e no Chile (para derrubar o Governo socialista de Salvador Allende, em 1973). A idéia de exportar o 'modelo brasileiro' de 'segurança com desenvolvimento' encontrou logo muitos adeptos em vários países latino-americanos..."(12).

O Ato Institucional nº 5 imprimiu ao Estado um insofismável caráter totalitário. Ao Presidente da República — situado por cima de qualquer instituição — facultava-se o direito de decretar recesso parlamentar, promover censura aos meios de comunicação em geral e à correspondência privada dos cidadãos, suspender as garantias individuais, como o recurso de **habeas corpus**, intervir em associações civis, massacrar opositores, calar a Nação.

Ao superdimensionamento do Poder Executivo — que, por si, já neutralizava totalmente qualquer ação do Parlamento e do Judiciário — agregou-se a determinação de passar a um Supremo Tribunal Militar todas aquelas questões consideradas de segurança nacional que, obviamente, adquiriu um sentido muito lato. Assim, suspendiam-se as garantias da magistratura, cassou-se o direito ao voto para eleger governos estaduais e prefeitos das capitais, além de 103 Municípios considerados áreas de segurança nacional, cujos cargos passaram a depender de nomeações do Presidente da República que — entre outras — tinha ainda as prerrogativas de anular os direitos políticos de qualquer cidadão, cassar mandatos, remover ou aposentar funcionários públicos e, finalmente, decretar o confisco de bens e o estado de sítio. A nova Lei de Segurança Nacional, promulgada em 1969, coroava o poder absoluto e autoritário do Executivo.

Como bem consideraram estudiosos do período, a "análise jurídico-institucional não consegue captar a realidade do autocratismo em toda a sua brutalidade", pois "para completar o quadro, seria necessário examinar, com riqueza de detalhes, tudo o que se passou no terreno efetivo das práticas repressivas", já que "é onde se pode observar até que ponto os órgãos de segurança se constituíram como verdadeira 'força autônoma', situada por cima da própria ordem autoritária e poderosa o suficiente para perseguir, seqüestrar, torturar e assassinar" a quem quer que fosse "sem ter de prestar contas a ninguém de seus atos"(13).



Contudo, o centralismo ditatorial se expressou ainda pela mediação de outros setores governamentais, que também começaram a atuar como 'forças autônomas' em certos níveis da vida econômica, na vida sindical e outros. Assim, no plano econômico, se implementou uma verdadeira ditadura da Secretaria do Planejamento (Seplan), que passou a ditar a política econômica que mais convinha ao grande capital, independentemente do concurso ou das sugestões de vastos e significativos setores, inclusive do empresariado, para não mencionar a opinião pública. Da mesma maneira, o Poder central se outorgou o direito de captar os recursos tributários de Estados e Municípios, deixando-os sem instrumentos mínimos para satisfazer necessidades elementares de suas administrações.

Em relação à organização sindical, sem levar em consideração qualquer critério de representatividade, o Estado acentuou a repressão entre a nova liderança que despontara durante as greves de 1968, designando interventores e decidindo estrangular certos sindicatos, utilizando a legislação do trabalho pós-64 que anulou conquistas fundamentais da classe operária como a estabilidade no emprego, obtida no Governo de Vargas.

O sistema eleitoral brasileiro foi também subvertido por uma série de medidas cujo objetivo era fazer da minoria real uma maioria fictícia de apoio incondicional ao Governo central.

Finalmente, a tendência centralizadora absoluta fez-se presente também no interior das Forças Armadas que passou a auto-alimentar-se mediante um sistema (informal, porém real) de auto-recrutamento através dos filhos dos oficiais. Isso, que já existia como tendência antes de 1964, passou a ser quase uma regra, constituindo um fato de grande significação na medida em que as instituições militares passavam a cumprir um papel de produção e reprodução de elites(14).

A não-correspondência desse autoritarismo com um modelo mais sofisticado de Estado burguês respondia, em primeiro lugar, à insegurança da própria burguesia (ou de alguns de seus elementos) diante de um esquema autocrático de Poder que não imuniza ninguém (o arbítrio é ou preten-

de ser onipotente), e, em segundo lugar, devido ao fato de que — na situação do mundo atual e da América Latina, em particular — resulta mais 'seguro' para as classes dominantes pautarem as regras de conduta institucional pelos cânones da democracia liberal-conservadora. Por último, mas não menos relevante, em função do temor que inspira aos setores mais conscientes das classes dominantes a ameaça de um Poder militar com tendências autonomistas e nacionalistas, seja de direita ou, sobretudo, de esquerda. Tal temor se acentuou, nos anos 60, com a experiência do Governo militar peruano do General Juan Velasco Alvarado, que inspirou a adoção de uma significativa linha política restritiva ao militarismo governamental por parte da Comissão Trilateral, cujo conteúdo ideológico foi claramente sistematizado por S. P. Huntington, em significativo artigo escrito na época, baseado na experiência peruana.

As seqüelas do arbítrio — como o desrespeito sistemático aos direitos humanos, o terror, a corrupção e o clima de insegurança que vulnera a vida cotidiana do cidadão, predispondo-o a ações oposicionistas e, ainda mais, as veleidades nacional-autonomistas (em geral, oportunistas, irresponsáveis e megalomaníacas que cultivam certas castas militares) — não podem deixar de inquietar a elite empresarial, que recorre à militarização do Estado só como recurso desesperado de sobrevivência, nos períodos de aguda instabilidade e crise social. Dessa maneira, a Trilateral evidentemente não simpatizava com a reforma agrária e outras medidas tomadas pelo Governo de Velasco Alvarado, no Peru, como não podia simpatizar com as expressões de autonomia relativa dos projetos propostos e implementados pelos militares brasileiros, como, por exemplo, a interiorização em direção à região amazônica (em oposição ao projeto do Instituto Hudson, de Nova Iorque, de construção de sete lagos na região, para fazê-la mais permeável à penetração das transnacionais), a construção das usinas nucleares e, muito menos, com aventuras perigosas tipo Guerra das Malvinas.

São essas as razões de fundo que impulsionaram o processo de "descompressão controlada", no Brasil, iniciado pelo General Geisel, e o da liberalização e "abertura restringida" do período Figueiredo. Essas são também as razões que impulsionaram as aberturas democráticas na Argentina e no Uruguai e, por certo, o farão no Chile(15).

---

## O Projeto Liberal-Conservador

---

A partir, portanto, de 1973, começou-se a processar, no interior das próprias classes dominantes, uma sistemática resistência à institucionalização fascista, e uma busca da retomada do projeto liberal-conservador, que obtém seu primeiro grande êxito com a escolha do General Geisel — um homem do Ipês — para a Presidência da República.

A partir de seu Governo e, logo, no do General Figueiredo, o projeto liberal-conservador foi tomando consistência, através de medidas que paulatinamente iam sendo adotadas:

1 — a “descompressão controlada” implicava, nos fatos, num “abandono gradativo dos instrumentos de coerção” por “processos de mobilização de lealdade (ao regime) via persuasão”(16); foi a etapa preparatória do ambiente político e social para a suspensão do arbítrio;

2 — a “abertura política” significou, mais que nada, a derrogação do Ato Institucional nº 5 e a concessão da Anistia, e buscava atingir dois propósitos: a retomada do Poder Executivo pelos civis e a volta das Forças Armadas à caserna;

3 — a manutenção das salvaguardas institucionais através da vigência da Lei de Segurança Nacional, ainda que reformada e suavizada em alguns aspectos; das eleições indiretas para Presidente da República (que significava resguardar um importante espaço político exclusivo para o mesmo grupo dominante) e o regime eleitoral restritivo (proibição de coligações, designação de Prefeitos das capitais, etc.);

4 — o condicionamento das estruturas partidárias por uma série de limitações provenientes das dificuldades impostas pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos que, em seus múltiplos e intrincados requisitos burocráticos, transformavam a organização das bases de qualquer partido popular em uma verdadeira peripécia com escassas chances de êxito;

5 — finalmente, o condicionamento da opinião pública pelos meios de comunicação que, liberados pela censura, continuam controlados pelo poder econômico concentrado que os transforma em autênticos porta-vozes dos interesses dominantes e veículos (de) formação de opinião em função das conveniências das transnacionais(7).

O projeto liberal-conservador pode, assim, ser definido como conformador de um regime constitucional, no qual o papel reservado às Forças Armadas é o de guardiãs e zeladoras da unidade nacional, sem participação direta na direção do Estado, assumindo somente a função de força de reserva do sistema, podendo ser utilizadas para intervir em qualquer eventualidade que ameace a “ordem”. Esse regime consagra uma vida política liberal, porém restritiva de certos direitos políticos básicos como, por exemplo, a legalização de partidos considerados subversivos. É liberal no sentido de aceitar um marco institucional legalmente definido, que respeita a divisão dos poderes, a representatividade eleitoral e outros princípios da ordem desenhada pela doutrina liberalista. Mas é também conservador na medida mesma em que — para atender a interesses de uma minoria dominante — deve ser restritivo e autoritário.

Por isso, o projeto empreendido por Geisel, Figueiredo e sua equipe, situava-se bem longe das aspirações de auto-organização e participação dos mais significativos e majoritários segmentos da sociedade brasileira, que não encontraram nenhum espaço para manifestar e afirmar suas propostas e metas no seio da ordem social reformada desde uma perspectiva ainda nitidamente autoritária. O autoritarismo, subjacente a qualquer Lei de Segurança Nacional, e enrustado na reforma partidária, cria uma sucessão de pequenos e grandes obstáculos burocráticos, econômicos e de outros tipos à formação de partidos populares. Esse autoritarismo esteve presente em cada uma das tímidas reformas empreendidas pelo sistema, a partir de 1964.

Por outra parte, é necessário insistir em que tal projeto deve ser compreendido dentro das limitações substantivas dadas pela situação de aguda crise econômica que, ao mesmo tempo que o possibilita — como destacamos antes — também imprime nele o seu selo ao ressaltar mais os aspectos conservadores que os liberais. A política econômica adotada pelo Presidente Figueiredo, por exemplo, para enfrentar a crise foi a ortodoxia ultraconservadora ditada pelo FMI que, em seus componentes principais, não é nova nem na América Latina, em geral, nem no nosso país, em particular. Suas linhas fundamentais são as mesmas que, impostas a muitos Governos, no Continente, a partir dos anos 60, definiram as normas de atuação do Paeg (Plano de Emergência do Governo), elaborado por Roberto Campos, o então Ministro do Planejamento do Presidente Castello Branco.



O cumprimento dessas metas criou os pré-requisitos para o chamado milagre econômico brasileiro através da famosa política da triple contenção: dos salários, dos créditos às pequenas e médias empresas e do gasto público, e como conseqüências 'naturais': o empobrecimento dos assalariados, a quebra maciça de pequenas e médias empresas e a aceleração e aprofundamento do processo de concentração e centralização da economia.

Essa política econômica, que levou o Brasil a ser o primeiro país do mundo em termos de concentração da renda, se baseou na superexploração da força de trabalho<sup>(18)</sup>, na repressão ao movimento operário e popular, na entrega paulatina e contínua dos recursos naturais ao capital estrangeiro, no favorecimento da montagem de uma monstruosa máquina de corrupção apoiada no Estado (o que ficou patente quando veio a público uma série de grandes escândalos financeiros, negociatas, que prosperaram com a cumplicidade de Ministros como os casos da Capemi, Delfin, Co-roa-Brastel, as polonetas e outras)<sup>(19)</sup> e, finalmente, no crescimento de uma dívida externa, que também outorgou ao país um outro título de campeão mundial: o de maior devedor do Terceiro Mundo, com débitos que ascendem a mais de US\$ 100 bilhões.

A consolidação desse tipo de prática política supõe, naturalmente, o fortalecimento do capitalismo de Estado. Diga-se, de passagem, que a intervenção do Estado na economia brasileira foi muito além das funções meramente regulamentares ou das tarefas de empreendimento da promoção do desenvolvimento infra-estrutural necessário para a expansão das empresas privadas. Além dessas funções 'naturais', o Estado passou a implementar uma função "especificamente nova" consistente na "expansão do investimento produtivo direto, pelo Estado, em setores capitalisticamente rentáveis", como destacou Fernando Henrique Cardoso<sup>(20)</sup>, "se, na sua origem, os investimentos estatais em outros setores foram decorrentes de recursos obtidos através do recolhimento de taxas e impostos, nos momentos seguintes se reproduzem e se ampliam através de lucros gerados por empresas estatais" nas áreas, por exemplo, da petroquímica, mineração e bens de consumo duráveis. Isto fez com que o setor público chegasse a participar, na década de 70, com mais de 50% na formação anual do capital fixo, segundo destaca o mesmo autor, e, hoje — podemos acrescentar — essa participação ascende a 75%, além de ser o Estado

proprietário de 56 das 100 maiores empresas que operam no país, em termos de patrimônio e valor da produção.

A participação do Estado na economia, além de corresponder às necessidades do processo de acumulação, que não podem ser supridas, em um primeiro momento, pelos investimentos privados, foi estimulada, no Brasil, pelo aventureirismo dos setores militares "nacionalistas" que, em sua manifesta megalomania, orientaram a elaboração de projetos tais como a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, as usinas nucleares e outras obras faraônicas que, apesar de — em um primeiro momento — terem aparentado equidistância de orientação das empresas monopólicas, particularmente norte-americanas, terminaram por consolidar ainda mais a dependência do Estado brasileiro com respeito às transnacionais e ao sistema financeiro internacional, mediante o fomento a um desmesurado e irresponsável endividamento externo.

Apesar da significativa campanha "antiestatizante", desencadeada em fins dos anos 70, pelas grandes empresas monopólicas, que se sentiam marginalizadas dos lucros obtidos pelo setor produtivo estatal, o fato é que este assumiu, no período, um "caráter eminentemente estabilizador e anticíclico" da economia em sua primeira etapa de crise, ao sustentar taxas de crescimento no setor de bens intermediários, onde se concentra majoritariamente a produção estatal<sup>(21)</sup>. É bem verdade que, no momento atual, essa função foi superada pela política de cortes e restrições nos investimentos e gastos estatais, adotada pela equipe econômica do Governo Figueiredo, com o objetivo de adaptar nossa economia à política recessiva imposta pelo FMI.

No entanto, o aprofundamento da crise capitalista a nível internacional — com agravantes sérios, no cenário nacional — fez com que, ao iniciar a década de 80, o Governo Figueiredo se deparasse com a mesma teimosa alternativa que, nos anos 60, tivera que enfrentar o Governo Goulart: adotar a ortodoxia restritiva do FMI ou empreender profundas reformas de base. E, assim como a Goulart não lhe restou outra opção que a política reformista favorável aos interesses populares, a Figueiredo não restou senão a opção do monetarismo, promotor dos interesses monopólicos, da política concentradora de rendas, marginalizadora e excludente dos interesses da maioria nacional e, por tudo isso, intrinsecamente antipopular.

---

## **Dificuldades e Contradições do Processo de Abertura: um Estado Liberal-Conservador ou uma Democracia Popular?**

---

O regime atravessa, pois, uma etapa permeada de agudas contradições. Por um lado, necessita prosseguir a implementação das reformas institucionais para que lhe seja possível consolidar seu modelo político de um Estado 'modernizado', de corte liberal-conservador; pelo outro, encontra-se constantemente encurralado pelas pressões das classes dominadas e, ultimamente, também por alguns segmentos das classes dominantes mais convictamente liberais e social-democratas, para que processe uma mais ampla redefinição democratizante. Tais pressões tendem a recolocar, em cada momento, a possibilidade da retomada do autoritarismo ilimitado. Afinal, a ação justiceira — ainda que limitada — adotada pelo Governo de Raúl Alfonsín, na Argentina, contra os militares envolvidos na chamada "guerra suja", só veio aguçar muitas das inquietações latentes naqueles brasileiros responsáveis pela repressão dos anos 60 e 70 e por crimes financeiros contra a economia popular.

Contudo, não nos parece possível, a curto prazo, um retorno ao autoritarismo, pois não existe, no momento, nenhuma ameaça significativa de "subversão da ordem". O setor de oposição de esquerda, liderada por Leonel Brizola, passou por um processo de amadurecimento e se propõe a uma ação cautelosa e orgânica com vistas à acumulação de forças, a médio prazo, que permita, no futuro, aglutinar amplos segmentos opositores dispersos em vários partidos, para disputar dentro da legalidade democrático-burguesa a abertura de um caminho para o Poder, a partir do qual seja possível encontrar o atalho mais direto que conduza ao socialismo.

A oposição concentrada no maior partido nacional, que é o PMDB, está sob o controle dos liberal-conservadores, cujas lideranças de maior peso dispõem da plena confiança do sistema e, ocupando a alternância do Poder, tratará de levar até o fim o processo em curso de reformas institucionais, sem alterar, em nenhum aspecto substantivo, o atual esquema de dominação.

20 — TERRA FIRME

A oposição mais sectária, aglutinada no PT, pela ausência de clareza ideológica, pelo seu radicalismo muitas vezes aventureiro e por suas múltiplas divisões internas, não possui peso político significativo no cenário nacional e, portanto, capacidade de intervenção relevante no mesmo, pelo menos a curto prazo.

A insistência na eleição direta para Presidente da República por parte dos setores dominantes contra a opinião e desejos de 90% da população brasileira, deve ser explicada, pelo temor de que, em eleições diretas, se repita — a nível nacional — o surpreendente fenômeno que ocorreu no Rio de Janeiro: a vitória de Leonel Brizola. Este — é bom não esquecer — pelas suas definições claramente antiimperialistas — é considerado pelos militares da linha dura e pela burguesia nacional associada às transnacionais como o "inimigo principal".

Diante desse quadro, pensamos que — como perspectivas imediatas a serem vislumbradas para o Estado e para a sociedade brasileira — o regime tem o propósito de continuar implementando seu projeto de abertura liberal-conservadora, que permita sua auto-reprodução "legitimada", uma vez que, pela eleição indireta, se escolheu um Presidente saído das filas da oposição consentida (Tancredo), que terminou dando lugar à ocupação do cargo pelo ex-chefe do PDS e líder da campanha contra as diretas.

Contudo, devido ao caráter restringido e excludente dos interesses majoritários da população o processo de reinstitucionalização estatal ficará, fatalmente, muito longe dos ideais democráticos e participativos do povo brasileiro e, por isso, as adesões à luta por uma democracia substantiva tenderão a se incrementar, unificando propostas dispersas e forças sociais ainda não-organizadas.

É por vislumbrar esta direção que o curso dos acontecimentos históricos, no Brasil, tende a assumir, que vemos — ofuscada ainda pela fumaça das ilusões acendidas pela fanfarrona abertura do regime de 64 — a persistência do dilema essencial: socialismo ou fascismo? Isto é assim porque o projeto de edificação de um Estado liberal-conservador tenderá, uma vez mais, a abrir caminho para um Estado fascista, numa tendência que só poderá ser contrarrestada pelo desenvolvimento da consciência e organização das classes



populares que, finalmente, estariam capacitadas para implementar, sustentar e aprofundar uma democracia popular avançada, que rapidamente abrisse caminho para a edificação de um Estado socialista.

Como havíamos enfatizado antes<sup>(22)</sup>, "... as tendências estruturais do desenvolvimento capitalista dependente brasileiro tenderão a acentuar, cada vez mais — como necessidade de sobrevivência intrínseca do sistema — a exclusão das maiorias dos frutos desse desenvolvimento econômico, a intensificar progressivamente a já estreita vinculação das classes dominantes autóctonas com o imperialismo através da desnacionalização crescente da economia brasileira, a prosseguir a superexploração da classe operária através da manutenção de níveis salariais regressivos ou, quando muito, estancados. Tudo isso, no contexto de uma sociedade em crise, cuja possibilidade de retomar o eufórico ritmo de expansão é problemática na medida mesma em que dado o caráter centralizador e excludente do capitalismo dependente, não existe a possibilidade de que ocorra, nem a curto, nem a médio prazo, uma democratização substantiva".

A alternativa socialista representará, pois, a culminação da etapa de lutas pelas conquistas democráticas, pela

concretização de um amplo e profundo processo de reformas sociais, pela construção de um Estado eminentemente soberano, nacional e popular.

O fascismo, por sua vez, viria a ser o instrumento utilizado pelas classes dominantes para manter-se no poder e impedir, pela força, e a todo custo, o avanço das lutas populares pela democracia e pela realização de reformas sociais necessárias.

No meio da disjuntiva é possível contemplar, por certo, a manutenção da atual abertura controlada, como é possível também vislumbrar ainda a abertura de um espaço provisório para a vigência de governos de transição, seja de centro-direita ou de centro-esquerda. Em todo caso, as soluções intermediárias serão sempre provisórias porque, em definitivo, a síndrome do capitalismo dependente é o expectro das Reformas de Base, e somente o fascismo poderá afugentá-lo por um longo e sinistro período, ou cultivado pelo socialismo que o trará à vida, ressurgindo em toda sua plenitude transformadora.

## NOTAS

1) Uma análise mais detalhada desse processo foi por nós empreendida em *El Capitalismo Dependiente Latinoamericano, Siglo XXI* Editores, México, várias edições.

2) Veja-se, nessa mesmalinha, as obras de Roberto Simonsen, particularmente o livro *A Indústria em Face da Economia Nacional*, e sua obra póstuma, organizada por Edgard Carone, *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*, Coleção Brasileira, volume 349, 1973.

3) O conceito de populismo foi por nós discutido no livro acima citado.

4) Sobre João Goulart, seu governo e sua ideologia, veja-se Moniz Bandeira, *O Governo de João Goulart (As lutas Sociais no Brasil, 1961-1964)*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967; do mesmo autor, sobre Leonel Brizola, veja-se *Brizola e o Trabalhismo*, mesmo editorial, 1979.

5) Veja-se René A. Dreifuss, *1964: A Conquista do Estado — Ação Política, Poder e Golpe de Classe*, Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1981. Esta obra é particularmente importante para compreensão do golpe pois está baseada em uma ampla documentação originária do Ipes, o núcleo civil-militar da elite orgânica que o preparou e executou.

6) As funções empresariais exercidas por ilustres personagens militares dos sucessivos governos pós-64 comprovam tal consideração, como é o caso muito ilustrativo do General Golbery do Couto e Silva, mentor intelectual do golpe, Ministro Chefe da Casa Civil de Castello Branco e posteriormente de Figueiredo, e que foi diretor presidente da Dow Chemical Brasileira e diretor do City Bank no Brasil; General Ernesto Geisel, Presidente da República e atualmente diretor da empresa multinacional Norquisa e muitos outros casos que confirmariam uma lista muito grande.





7) Veja-se nosso artigo, em co-autoria com Theotônio dos Santos, "Brasil: Nacionalismo, Populismo y Ditadura — 50 Anos de Crise Social", em *América Latina: História de Medio Siglo*, coordenação de Pablo Gonzalez Casanova, Siglo XXI Editores, México, 1977.

8) Nesta linha de interpretação de que o Poder passou a ser exercido por uma tecnoburocracia encontramos várias análises coincidentes, realizadas tanto desde a perspectiva de direita, como de centro e de esquerda. Veja-se por exemplo, Mario Henrique Simonsen e Roberto de Oliveira Campos, *A Nova Economia Brasileira, José Olympio Ed.*, Rio de Janeiro, 1974; Fernando Henrique Cardoso, *Autoritarismo e Democratização*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975; Sebastião C. Velasco e Cruz e Carlos Estevan Martins (cuja análise situa-se também nesta linha, não obstante limitem o controle e a direção política do Estado aos militares "sobornistas"), "De Castello a Figueiredo: Uma Incursão na Pré-História da Abertura", *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1983. Ainda nesta mesma posição encontramos autores como o historiador Hélio Silva e muitos outros que influenciaram as análises políticas do cotidiano. Um exemplo extremado de tal confusão se encontra nos trabalhos de Luiz Carlos Bresser Pereira, como *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1977, onde teses superadas são apresentadas como novas, num contexto megalomaniaco onde se chega à descoberta (sic!) de um novo modo de produção, o "tecnoburocrático", onde se submerge de uma só vez ao capitalismo e ao socialismo, tirando de uma penada suas especificidades e diferenciações. Todo este enfoque equivocado e, no fundo, profundamente conservador, no qual surgiu, de maneira superestimada, o monstro "tecnoburocrático", só deixou como saldo a perda da perspectiva científica proveniente da análise de classes sociais por parte de amplos setores da intelectualidade e das elites políticas da esquerda e do centro, a incapacidade de discernimento do caráter do Estado no Brasil e, conseqüentemente, uma visão deformada da estrutura do poder e da realidade política viva do país.

9) Neologismo que caracteriza uma legislação inconexa, feita "ad hoc" para manter a maioria governamental e o controle do aparelho estatal por representantes do "sistema golpista".

10) Os resultados de pesquisas realizadas em 1982 revelam o empobrecimento da população brasileira. Assim, houve um aumento de cerca de 6% da população ativa que ganha até dois salários mínimos (63,7% em 1981 para 69,3% em 1982). A porcentagem de miséria absoluta, composta por pessoas que recebem até meio salário mínimo, também aumentou de 15,6% para 20,1% no mesmo período. Os que recebem só um salário mínimo passaram de 21,5% a 23,5%. A oferta de emprego cresceu três vezes menos que a população. Mas, a população empregada apesar de que está ganhando menos, está trabalhando mais. Assim, em 1981, 29,6% trabalhava mais de 48 horas por semana, em 1982 esta porcentagem se elevou para 30,7%. A porcentagem de analfabetos acima de 7 anos, que havia diminuído de 34% a 25% entre 1970 e 1976, também foi incrementada para 26% em 1982 (taxa nacional idêntica à do Paraguai mas, no Nordeste ascende para 46%).

22 — TERRA FIRME

Os dados são da "Pesquisa Nacional por Amostragem a Domicílios" do IBGE e Caixa Econômica Federal, divulgadas pela revista *Veja*, 16.11.1983.

11) "Brasil: Nacionalismo, Populismo. . .", op. cit., pg. 113.

12) Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, op. cit., pg. 162.

13) Sebastião C. Velasco e Cruz e Carlos Estevan Martins, "De Castello a Figueiredo: Uma incursão. . ." op. cit., pg. 39.

14) Veja-se Alfred Stephan, *Brasil: Los Militares y la Política*, Amorrortu Ed., Buenos Aires, 1974, onde se diz que, em 1966, mais de 40% dos cadetes eram recrutados entre os filhos dos militares.

15) Na Argentina, o processo de abertura ocorreu de maneira particularmente complexa e original pois verificou-se depois do fracasso de uma guerra que questionou profundamente a integridade de suas Forças Armadas e do regime militar.

16) Roberto de O. Campos, op. cit., pg. 254. Este empresário associado às multinacionais, ex-Ministro, ex-Embaixador e, atualmente, Senador, foi o ideólogo mais competente do processo de "abertura controlada".

18) Exemplo eloqüente de tal controle se expressa na campanha perversa e contínua que se faz cotidianamente contra o socialismo, deformando a sua realidade sócio-econômica, política e cultural, buscando consolidar a ignorância e os preconceitos dos cidadãos com relação a este tipo de sociedade e predispondo, portanto, a opinião pública para uma atitude de anti-socialismo sistemático.

19) Foi Ruy Mauro Marini quem formulou tanto o conceito de subimperialismo como o de superexploração da força de trabalho. Veja-se seus livros, *Subdesenvolvimento y Revolución*, Siglo XXI Ed., várias edições e *Dialética de la Dependencia*, Ed. Era, México, várias edições.

20) Veja-se José Carlos de Assis, *Os Mandarins da República*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1984, e *As chaves do Tesouro*, idem, 1982.

21) Fernando Henrique Cardoso, "Desenvolvimento Capitalista e Estado". Bases e Alternativas", *Estado e Capitalismo no Brasil*, organizado por Carlos Estevan Martins, Ed. Hucitec-Cebrap, 1977, pg. 209.

22) Veja-se a este respeito o artigo de Henri Philippe Reichstul e Luciano G. Coutinho, "Investimento Estatal 1974-1980: Ciclo e Crise", *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*, n. 2, Ensaio Sobre a Crise, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1983.

23) Op. cit., pg. 169.